

injustificados, nos casos de passagem do regime normal de tributação ao regime especial referido no artigo 60.º do Código do IVA ou inversamente (artigo 64.º do Código do IVA);

- e) Proceder à passagem ao regime normal de tributação, nos casos em que haja fundados motivos para supor que o regime especial de tributação previsto no artigo 60.º do Código do IVA concede ao retalhista vantagens injustificadas ou provoca sérias distorções de concorrência (artigo 60.º do Código do IVA);
- f) Proceder à apreciação dos pedidos de reembolso de impostos sobre o valor acrescentado apresentados pelos retalhistas sujeitos ao regime especial de tributação previsto no artigo 60.º do Código do IVA;
- g) Aprovar o plano de férias e suas alterações relativamente aos funcionários da respectiva Divisão.

2.3 — Nos chefes de finanças do distrito de Vila Real, as competências referenciadas na alínea e) do n.º 8.5 do capítulo II do despacho do director-geral dos Impostos (mas apenas quando respeitem aos pequenos retalhistas compreendidos na subdelegação II da secção IV do Código do IVA).

2.4 — Ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Julho, firmado na autorização expressa no n.º 2 do capítulo III do despacho antes referido, do director-geral dos Impostos, subdelego na responsável dos Serviços de Administração Geral da Direcção de Finanças de Vila Real, técnica superior principal Maria Célia da Costa Ramalho, até ao montante máximo de € 1000 e com o limite das respectivas dotações orçamentais atribuídas a esta Direcção de Finanças, a competência que me foi delegada na alínea d) do n.º 1 do capítulo III do citado despacho, com referência às seguintes classificações económicas/rubricas orçamentais:

- 02.01.08 B — material de escritório;
- 02.01.02 — combustíveis e lubrificantes;
- 02.01.07 — roupas e calçado;
- 02.05.12 — material de transporte — peças;
- 02.01.21 — outros bens não duradouros;
- 02.02.01 — encargos com as instalações;
- 02.02.03 — conservação de bens;
- 02.02.09 — comunicações;
- 02.02.25 — outros serviços;
- 07.01.07 — equipamento de informática.

2.5 — Nos termos das mesmas disposições legais e autorização expressa no n.º 2 do capítulo III do despacho em causa, subdelego nos chefes e tesoureiros de finanças do distrito de Vila Real, até ao limite das respectivas dotações orçamentais que lhes estão ou vierem a ser especificamente atribuídas e sempre até ao limite máximo de € 1000, a competência que me foi delegada na alínea d) do n.º 1 do capítulo III do mesmo despacho, com referência às classificações económicas/rubricas orçamentais listadas no número anterior, em que lhes foi ou vier a ser comunicada a atribuição de dotação orçamental.

3 — Não vigora o poder de subdelegar nas subdelegações supra-estabelecidas.

4 — Substituto legal — nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, é meu substituto legal o chefe de divisão Faustino Fernandes Cigre.

5 — Produção de efeitos — este despacho produz efeitos a partir do dia 22 de Julho de 2004, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta subdelegação de competências.

30 de Novembro de 2004. — O Director de Finanças de Vila Real, *Francisco A. Almaça Fialho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 776/2005 (2.ª série):

António Augusto Montenegro Vieira Cardoso, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de director do Gabinete de Assuntos Económicos — despacho ministerial de 5 de Janeiro de 2005 exonerando-o do referido cargo à data da sua colocação na Embaixada de Portugal em Dakar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Janeiro de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho n.º 777/2005 (2.ª série). — 1 — Por aviso publicado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias*, de 30 de Outubro de 2004, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de director de serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

2 — Analisadas as candidaturas, foi seleccionado o Dr. Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Pato, que reúne os requisitos necessários, bem como o perfil mais adequado para o exercício das funções pretendidas, possuindo reconhecida aptidão e experiência profissional adequada para o cargo a prover.

3 — Assim, considerando que os titulares de direcção intermédia são providos, por despacho do dirigente máximo do serviço, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado Dr. Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Pato director de serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

14 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Manuel Lobo Antunes*.

Nota curricular

Nome — Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Pato.
Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, em 1989;
Curso de pós-graduação em Estudos Europeus — Dominante Jurídica — pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, em 1990.

Experiência profissional:

Ingresso na carreira diplomática em Dezembro de 1990;
Na Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Económicos, de 1990 a 1993, colocado na Direcção de Serviços da Europa;
Secretário de embaixada em Dezembro de 1992;
Na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, de 1993 a 1995, colocado na Direcção de Serviços das Organizações de Defesa e de Segurança;
Em Dezembro de 1995, na Embaixada de Portugal em Bona/Berlim, onde acompanhou os assuntos comunitários e de política regional;
De Março a Julho de 1997 em comissão de serviços na Delegação Portuguesa junto do Tratado do Atlântico Norte da União da Europa Ocidental, em Bruxelas, onde acompanhou as questões de revisão do planeamento de defesa;
De Setembro de 2000 a Outubro de 2004, na Embaixada de Portugal em Luanda;
Conselheiro de embaixada em Maio de 2002;
Na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde Outubro de 2004, nomeado director de serviços das Instituições Comunitárias, em regime de substituição.

Despacho n.º 778/2005 (2.ª série). — 1 — Por aviso publicado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias*, de 30 de Outubro de 2004, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

2 — Tendo-se apresentado um candidato, foi seleccionado o Doutor José Pedro Machado Vieira, que reúne os requisitos necessários, bem como o perfil ajustado para o exercício das funções pretendidas, possuindo reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas para o cargo a prover.

3 — Assim, considerando que os titulares de direcção intermédia são providos, por despacho do dirigente máximo do serviço, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, por três anos renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado Doutor José Pedro Machado Vieira chefe de divisão da Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários.

14 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Manuel Lobo Antunes*.

Nota curricular

Formação académica — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1986.

Experiência profissional:

- Ingresso na carreira diplomática em Fevereiro de 1989;
- Na Direcção-Geral do Pessoal de Fevereiro de 1989 até Abril de 1993;
- Cônsul de Portugal em Santos de Abril de 1993 a Janeiro de 1998;
- Na Embaixada de Portugal em Oslo de Janeiro de 1998 a Novembro de 2001;
- Na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, de Dezembro de 2001 a Fevereiro de 2003, nomeado chefe de divisão do Núcleo da Presidência Portuguesa da OSCE, tendo a seu cargo a dimensão humana e a dimensão económica e ambiental dessa Organização;
- Na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde Fevereiro de 2003, nomeado chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas Regionais, em regime de substituição, de Maio a Dezembro de 2003;
- Na Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, nomeado chefe de divisão desde Dezembro de 2003, em regime de substituição, colaborando na preparação de pastas para o conselho europeu e de assuntos gerais, acompanhando o desenvolvimento da convenção europeia e a conferência intergovernamental com vista à conclusão do tratado constitucional, elaborando contributos, em colaboração com a REPER, no âmbito dos encontros de juristas linguistas com vista à finalização do texto do tratado constitucional.

Despacho (extracto) n.º 779/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 21 de Dezembro de 2004:

Rosarinho Pinto de Freitas Montez Melancia e Sabrina Isabel Frusoni Pereira, técnicas de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários — nomeadas, na sequência de concurso, técnicas principais do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, sendo exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação dos novos lugares.

28 de Dezembro de 2004. — A Directora de Serviços, *Maria Benedicta Tinoca*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

Despacho n.º 780/2005 (2.ª série). — *Lista n.º 75/04.* — Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 25 de Outubro de 2004, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Jarder Nunes Sousa	23-9-86
Elizabete Navarro de Mesquita	14-8-64
Adairton Cezar Souza Gomes	31-10-66

27 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

Despacho (extracto) n.º 781/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 da directora regional de Educação Especial e Reabilitação da Região Autónoma da Madeira:

Dina Maria Anjo Pinto, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação da Região Autónoma da Madeira — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 782/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Maria do Carmo Alves Paulo Lucas, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — prorrogada a requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 783/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do vogal executivo do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Luís Filipe Alves da Silva, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — prorrogada a requisição neste serviço, por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Directoria Nacional da Polícia Judiciária**

Despacho n.º 784/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Natália da Conceição Melo Soares Vieira, auxiliar de limpeza de escalão 3 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada em comissão de serviço extraordinária na categoria de auxiliar administrativa do escalão 3, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 785/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Osvalda da Conceição Martins de Medeiros Soares, telefonista de escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista auxiliar estagiária, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 786/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Artur Jorge Nugent Pestana Silva, especialista auxiliar de escalão 1, do quadro da Polícia Judiciária — reclassificado na categoria de especialista-adjunto de escalão 1, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 787/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Donatilde Melo Soares, auxiliar administrativa de escalão 6 do quadro da Polícia Judiciária — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, na categoria de telefonista de escalão 6, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer